

FÓRUNS DE EJA: MOBILIZAÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

ALINE CRISTINA DE LIMA DANTAS (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF).

Resumo

A educação de jovens e adultos, ao longo da história do país, evidencia o insuficiente empenho do Estado na promoção de políticas que garantissem o direito de todos à educação. A luta atual pela EJA vai além da dívida social a ser reparada pelo Estado, mas acontece, principalmente, para afirmá-la como um direito. Na atualidade, esta luta tem como expressão os Fóruns de EJA. Estes se constituem como uma articulação de diversos atores que se propõe discutir temas como: alfabetização, formação de professores, qualificação profissional de jovens e adultos etc. Esta mobilização luta por políticas públicas para a EJA que efetivem o direito à educação independente da idade enunciado na Constituição. A presente pesquisa pretende compreender como os Fóruns tem se mobilizado na luta pelo direito à educação e por políticas públicas para jovens e adultos. Supõe-se que esses novos sujeitos coletivos passaram a pautar, modificar e interferir nas agendas políticas, promovendo embates que têm, no diálogo, forte identificação. O estudo tem seu destaque pelo reconhecimento dos Fóruns como interlocutores legítimos das instâncias ministeriais. Os dados parciais da investigação apontam a existência de 26 fóruns estaduais e um no Distrito Federal, além de 52 fóruns regionais que estão desempenhando papel expressivo na atualidade, na articulação com o poder público na formulação de políticas públicas de direito para área.

Palavras-chave:

Fóruns de EJA, Direito à educação, Políticas públicas.

Introdução

A proposta deste artigo tem como finalidade compreender como a sociedade civil tem se articulado em defesa de direitos e de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Para tal, o foco da compreensão é a mobilização dos fóruns de EJA, expressão da luta atual, na busca por políticas públicas para a educação de jovens e adultos analfabetos e/ou pouco escolarizados.

Os fóruns de EJA apresentam-se como espaço de interlocução e discussão entre os vários segmentos interessados na educação de jovens e adultos e buscam propor ações que contribuam na construção de políticas públicas que efetivem o direito à educação independente da idade como proclamado na Constituição de 1988. A expressividade dessa articulação não pode ser desprezada, já que hoje existem 26 fóruns estaduais e um no Distrito Federal, além dos 52 fóruns regionais. Estrategicamente, por uma articulação em rede em parceria com diversas instituições, realizam anualmente, desde 1999, os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos - ENEJAs.

A importância deste estudo tem seu destaque marcado pelo reconhecimento dos fóruns como interlocutores legítimos das instâncias ministeriais[1]. Neste sentido, suponho que esses novos "sujeitos coletivos" passaram a pautar, modificar e interferir nas agendas políticas, com maiores ou menores tensionamentos, promovendo embates que têm, na experiência do diálogo, a mais forte identificação.

No âmbito deste artigo, busquei explicitar como está se constituindo a participação, interlocução e diálogo dos fóruns com as instâncias públicas em relação as políticas públicas para jovens e adultos. Para isso, optei por me debruçar em fatos/questões da política nacional de EJA em que os fóruns apresentaram-se como "coletivo social" de interlocução e discussão com o poder público, tal como: a implementação do *programa Brasil Alfabetizado*.

O *corpus* deste trabalho foi constituído pela minha observação em alguns dos fatos ocorridos, proporcionado pela minha participação no movimento dos fóruns; leitura de relatórios e documentos, entre outros, elaborados pelos fóruns e armazenados no portal <http://www.forumeja.org.br/>.

No primeiro momento, faço a contextualização do surgimento dos fóruns de EJA. No segundo momento, explico como ocorreu o diálogo e interlocução dos fóruns com poder público. No terceiro momento, busco discutir quais são os princípios de luta do movimento dos fóruns e por último faço algumas considerações a respeito do papel deste movimento e possíveis implicações e impacto de suas ações nas políticas públicas de EJA.

O contexto sócio-histórico de surgimento dos fóruns de EJA no Brasil

Embora o direito à educação esteja declarado e assegurado na Constituição de 1988, a educação de jovens e adultos vai passar por inúmeros percalços. Desde a década de 1990, principalmente na era FHC, assistiu-se a opção, nos documentos e nas ações, por políticas educacionais voltadas prioritariamente para o atendimento do ensino fundamental para crianças e adolescentes, evidenciando o caráter excludente dessas políticas educacionais, ao deixar de lado outras faixas etárias.

Aliam-se a esse contexto, os resultados pouco expressivos produzidos pela escola, mesmo com a ampliação do atendimento. No que se refere à qualidade, não há avanço e, tão pouco, melhoria, pois a escola passa a produzir número expressivo de jovens que a freqüentaram e não se escolarizaram, e que terão como opção futura a educação de adultos.

Em meio a políticas neoliberais consolidadas no Brasil, a área social, principalmente a educação, vivenciou um processo de intensos danos, muitos deles provocados por acordos econômicos internacionais. Paradoxalmente, o país é pressionado a participar de ações e acordos internacionais na área social, sem que se abalem os cânones da lógica capitalista, produtora, pelo modelo de desigualdades geradas, das condições que determinam o analfabetismo e a subescolarização.

A política econômica de redução de gastos e atuação mínima do Estado no setor educacional afetou diretamente a educação de jovens e adultos. De caráter minimalista, a política de EJA se baseou em ações voltadas, essencialmente, para a alfabetização numa perspectiva "clientelista e compensatória", de acordo com Paiva (2006, p. 529). O pouco comprometimento do Estado em ser o indutor da política na efetivação do direito à educação e a quase invisibilidade da educação de jovens e adultos, apresentou-se como receita seguida à risca pela sociedade política da ocasião.

O contexto em tela torna-se o motivador para o surgimento e a atuação dos Fóruns de EJA, especialmente pelo fato de contrariar o preceito constitucional do direito ao ensino fundamental para todos independente da idade. Aliado a esta conjuntura o Brasil é Chamado à V Conferência Internacional de Educação de Adultos (V CONFINTEA), no ano de 1997, realizada em Hamburgo, na Alemanha. O Brasil, pela representação oficial do Ministro da Educação Paulo Renato Souza, firma

novamente posição de priorizar a educação de crianças no ensino fundamental, sob a lógica de alcançar porcentagem elevada na terminalidade desse nível de ensino - de dever do Estado, sinalizando e reforçando que, desta forma, prevenir-se-ia o país da necessidade da educação de jovens e adultos.

No contexto que antecede o evento internacional, os fóruns iniciam sua história, com o surgimento do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro (Fórum EJA/RJ). Seu surgimento aconteceu pela mobilização de pessoas atuantes e interessadas na consolidação da EJA, propiciado pela convocação do MEC, em 1996, para o Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos, recomendado pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos -(CNEJA) - ainda existente e pouco ou nada operante, face à concepção do governo federal - como evento preparatório à V CONFINTEA.

Gerido por pessoas que atuam em instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos etc, o Fórum do RJ consolidou-se, por meio de plenária mensal, como instância deliberativa e espaço de socialização de informações e de formação política, visando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos.

A experiência do Fórum do Rio de Janeiro fez surgir muitas outras. Por intermediação, essencialmente, de seus representantes, o crescimento dos demais fóruns de EJA do Brasil se deu de forma gradual e de acordo com o envolvimento, organização e articulação de pessoas atuantes em instituições envolvidas com a EJA em cada estado. Em concordância com Di Pierro (2005), estes fóruns iniciaram a organização de um movimento que pretendia estabelecer resistência ao desmonte do direito à educação conquistado no processo de transição democrática expresso pela Constituição de 1988.

A expressividade dessa articulação não pode ser desprezada, já que hoje existem 26 fóruns nos estados e um no Distrito Federal, além de 51 fóruns regionais . Por uma articulação em rede dos primeiros fóruns, surgiu a idéia, estrategicamente, de realizar anualmente, desde 1999, o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA.

Os encontros nacionais não apresentam a dinâmica de seminários e congressos, mas se destacam por serem espaço político sintonizado com o momento histórico, de diálogo e de interlocução, no sentido de afirmar e consolidar estratégias, posições e compreensões acerca de políticas públicas nacionais, com vista a interferir em tais políticas, em defesa do direito de todos à educação. De caráter propositivo, a participação nesse evento faz-se por meio de delegações, segundo critérios de representação, por segmentos, nos fóruns estaduais.

Os fóruns criaram uma rede de articulação na luta pela efetivação do direito à educação de jovens e adultos, conseguindo dar visibilidade e, conseqüentemente, pautar uma agenda de discussão com o poder público.

Sua atuação tem lhe proporcionado um lugar de protagonismo, na atualidade, na busca pela consolidação do direito assegurado na Constituição e de conquistas em âmbito legal, o que tem significado um movimento constante de luta, diálogo, estudo e aprofundamento de concepções e práticas assumidas pela EJA.

A forma de organização dos Fóruns

A organização dos Fóruns ocorre por meio de secretaria executiva definida, com regimentos e/ou estatutos. Também há divisão de tarefas e hierarquia, como pode ser constatado nos Fóruns estaduais do Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Rondônia, Mato Grosso, Pará e Pernambuco. Em outros há a presença de coordenador ou representante, coordenação colegiada, grupo articulador ou comissão que responde pelo Fórum e estes possuem apoio de colaboradores para a organização dos eventos. A tomada de decisões, num âmbito mais geral, fica a cargo das assembléias e decisões do grupo participante nas reuniões periódicas. Esta forma foi identificada nos Fóruns do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima e Paraíba.

Quanto à *periodicidade da articulação*, os Fóruns apresentam as mais variadas estratégias para a realização de seus encontros, o que fica evidente é que os encontros acontecem de acordo com a disponibilidade dos participantes e infraestrutura. Assim, temos o seguinte quadro:

Fóruns estaduais	Periodicidade
Acre	Reuniões extraordinárias
Amapá, Espírito Santo e Pernambuco e Bahia[2]	Bimestral
Brasília e Paraná[3]	Reuniões frequentes
Ceará, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso[4]	Mensal
Paraíba	Quatro (4) encontros anuais
Rio Grande do Sul[5]	Semestralmente
Rondônia	Está em fase de estruturação, pretende reunir-se mensalmente.

Tabela baseada em modelo desenvolvido no documento preparatório ao X ENEJA, elaborado pela equipe Fórum EJA/RJ.

Em relação à *dinâmica das reuniões*, os Fóruns organizam seus encontros com dinâmicas bem diversas e buscam atender as demandas locais, sem com isso perder o foco quanto às políticas de EJA. Característica principal na forma como se organizam é a diversidade e a heterogeneidade: comissões, colegiados, mandatos, regimentos, etc;

As estratégias que os Fóruns utilizam são diversas e mostram o interesse de seus participantes em se qualificarem quanto às questões e temas da EJA que abordam na forma de seminários, como também indicam que procuram criar espaços de articulação qualificada entre os diversos atores que atuam na EJA a fim de obter alcance não somente na base, mas também como influenciador no âmbito da formulação e execução da política.

Mesmo com características peculiares, os Fóruns aproximam-se, certamente, por se constituírem instâncias de discussão e de encontro entre diversos atores envolvidos e interessados pela afirmação do direito à educação de jovens e adultos.

A este respeito, Paiva (2006, p. 530) afirma que os Fóruns são tecidos conjuntivos agregadores[6] que possibilitam a troca, interpenetrações, parcerias e vínculos. Então, como tecidos, os Fóruns reúnem os diversos atores que, nestes espaços, passam a se reconhecer e a estar em relação. Esses atores são elementos fundamentais nesta discussão, principalmente, por serem suas concepções e ações,

construídas coletivamente, o que determina a forma como estas instâncias constituem-se e apresentam-se na esfera pública.

Enquanto pessoas que estão imbricadas, desde a base até as instâncias que formulam e coordenam a política de EJA, os atores, pela permeabilidade dos Fóruns (Paiva 2006), permite a tessitura de uma rede de diálogo e intercâmbio de experiências entre os mais diversos espaços, sejam eles governamentais, não-governamentais, privados, públicos, formal, informal etc., que atuam, direta ou indiretamente, com a EJA como nos movimentos sociais, ONGs, universidades, sindicatos, sistema S, entidades filantrópicas, Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia (antigos CEFETs), etc.

Os Fóruns, enquanto espaço plural tem como característica marcante a organização interna de pessoas, por diferentes segmentos. Os segmentos são agrupamentos organizados, internamente, pela inserção de cada participante em alguma instituição ligada à EJA, como as citadas anteriormente. A maior ou menor presença, em cada Fórum, de um determinado segmento se dá justamente pela presença de pessoas que a elas estão vinculadas, o que se configura num determinante para as diferenças existentes entre os Fóruns.

Longe de serem instâncias homogêneas, têm suas identidades constituídas de acordo com a dinâmica e a forma como seus atores interagem, o que Paiva (2006, p. 531) afirma acontecer pelas negociações de sentidos dos temas e problemas pertencentes à EJA, passando a definir o perfil de cada Fórum. A diversidade caracteriza a forma como se organizam e atuam na luta pela EJA. Contudo, a luta pelo direito e por políticas públicas para EJA é o elemento que faz interseção entre os Fóruns, ou seja, aproxima-os e identifica-os.

Direito à educação para todos: princípio de luta dos Fóruns de EJA

Ao investigar os Fóruns de EJA é possível constatar que, apesar da heterogeneidade, algumas evidências[7] indicam que a identificação e a proximidade destes Fóruns (não desconsiderando diferenças de intensidade), ocorrem pela efetivação e garantia do *direito à educação de jovens e adultos*.

Parto do entendimento que estas representações apresentam-se como espaços que assumiram a educação de jovens e adultos como *direito*, superando concepções muito recorrentes de que a EJA ocorre para repor um tempo perdido a ser recuperado e/ou como resgate de uma dívida social. Segundo Paiva (2002, p. 520), "a educação de jovens e adultos, em sociedades democráticas, assume a perspectiva da inclusão e, esta inclusão, inevitavelmente, passa pela conquista de direitos". Ancorada nesta concepção, penso que os fóruns ao assumirem a EJA na perspectiva do direito, na atualidade, sinalizam que é pela conquista deste bem uma das formas de combater e diminuir as desigualdades sociais.

A perspectiva da EJA como direito não é uma concepção que surge no momento presente, mas vem se consolidando historicamente nos diversos documentos legais de âmbito nacional e internacional.

A educação de jovens e adultos passa, em definitivo, a ser reconhecida pela legislação, quando em seu parágrafo primeiro do artigo 208 afirma o "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria".

Essa afirmação legal é uma conquista da sociedade e, sobretudo, representa o reconhecimento pelo poder público da necessidade de promover ações para jovens

e adultos que não se escolarizaram, na idade dita "própria". Contudo, as ações que ocorreram após a promulgação da Constituição, segundo Haddad (2007, p. 8), "limitaram a concretização desse direito no contexto das reformas neoliberais implementadas nos anos seguintes, inicialmente no governo do presidente Fernando Collor de Melo e posteriormente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso".

Os primeiros Fóruns de EJA que surgiram na década de 1990 assumiram esta concepção como bandeira de luta, especialmente, a partir da Declaração de Hamburgo e da Agenda para o Futuro, em 1997, produzidos na V CONFINTEA. A educação de jovens e adultos adquiriu não só a vertente da escolarização, como um direito à educação básica a ser assegurada para todos, mas assumiu também, a vertente do aprender por toda a vida, para além dos espaços formais de aprendizagem e de escolarização dos sujeitos.

Embora enunciado na lei, o direito à educação de jovens e adultos ainda é um bem que não se efetivou, sobretudo, pelo modelo desigual e excludente que se caracteriza o sistema educacional brasileiro. Apesar das inúmeras ações que se sucedem voltadas para efetivação deste direito, muitos são os cidadãos que foram e, ainda, são impedidos de gozá-lo na sua plenitude.

Não há dúvida que o direito quando anunciado resulta na total aceitabilidade e convicção de sua necessidade por todos. Contudo, quando se refere a sua prática, ressalvas e oposições acontecem, o que segundo Bobbio (1992), gera o grande problema dos direitos: a distância entre a sua enunciação e a sua efetivação. E neste caso, torna-se um problema político, pois não basta que o direito seja enunciado, ele precisa ser garantido.

A ampliação somente dos direitos não resulta na sua respeitabilidade, principalmente, em sociedades em que a letra da lei se faz para uns e não para outros. Em se tratando do direito à educação, a presença do Estado faz-se cada vez mais necessária, pois é por meio de políticas públicas que o direito pode efetivar-se.

Considero que a ação coletiva dos Fóruns de EJA é uma forma alternativa de pressão e interlocução na luta pela efetivação do direito à educação para todos, frente à sociedade política. Mobilizações como a dos Fóruns, instituem-se como espaços que, no mínimo, fazem com que a questão não seja imperceptível. Portanto, quando Bobbio (1992) afirma que hoje o direito precisa ser protegido, acredito que esta proteção, além dos procedimentos jurídicos, precisa acontecer pelo controle que a sociedade civil exerce quando reivindica, pressiona e propõe ações ao Estado.

Ações, conquistas, obstáculos... a luta em movimento

Os Fóruns tem se articulado e mobilizado desde a década de 1990 e até o presente momento, sua participação tem ganhado expressão e relevância na luta por políticas públicas que efetivem o direito à educação de jovens e adultos.

Esses novos sujeitos coletivos passaram a pautar, modificar e interferir nas agendas políticas, promovendo embates que têm, no diálogo, forte identificação. Esta afirmação é verificada pelos constantes chamados que os fóruns tem recebido pelo poder público para tratar da condução e execução das políticas de EJA, ou seja, pelo reconhecimento dos Fóruns como interlocutores legítimos das instâncias ministeriais, no atual momento histórico. E, sobretudo, pelas conquistas e avanços

que podem ser verificadas em fatos que envolveram os rumos das políticas de EJA, principalmente em âmbito nacional.

Este envolvimento dos fóruns na política nacional merece destaque, especialmente em relação a articulação e o diálogo que ocorre em 2002, na mudança de governo, com o poder público federal, por meio do Programa *Brasil Alfabetizado*. Representantes dos Fóruns tiveram vários momentos de diálogo com a representação ministerial responsável pela EJA com o objetivo de não só de explicar a mobilização dos fóruns, sua finalidade, bem como de estreitar relação de diálogo, colocando-se como parceiro na formulação da política. Nesta ocasião também foi possível explicitar suas concepções a respeito da EJA.

O Fórum RJ foi pioneiro e convidou o Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo (SEEA), João Luiz Homem de Carvalho, para participação de sua reunião mensal. Nesta ocasião, o secretário pode apresentar as ações, metodologias e concepções do novo programa e colocou-se numa postura de escuta no momento de voz da plenária.

A proposta do Brasil Alfabetizado apesar de considerar experiências já existentes no país, não tendo a pretensão de inventar nova fórmula para alfabetização, também reeditou velhas práticas e concepções que não mais era compartilhada pelos integrantes do movimento dos fóruns, como termos da erradicação, pretensão de alfabetizar em 3 meses.

Contudo, ao longo dos anos a esfera federal passou a discutir e aprofundar concepções, práticas e metodologias no âmbito da EJA. Apontou caminhos, esclareceu ações do Programa e dialogou sobre suas propostas de mudança, já que a concepção, no período do então Ministro Cristovam Buarque, não satisfazia às expectativas, nem às lutas dos Fóruns de EJA.

Em 2004 esta Secretaria[8] assumiu uma nova configuração e passou a ter como marca a mobilização, pois uniu governo e sociedade na promoção de uma política inclusiva para os sujeitos que não tiveram acesso à educação. Devido à diversidade de fazeres na área, a Secretaria procurou estar em diversos encontros, tais como em consultas, debates e conversações com as mais variadas instituições de todo o país, principalmente os Fóruns de EJA.

Seus dirigentes e técnicos estabeleceram canais de diálogo com os estados e municípios, com representantes da sociedade civil e grupos de educação de jovens e adultos. Quando o novo Secretário é convidado ao Fórum EJA/RJ, em março de 2004, a grande discussão se pautou pela necessidade da continuidade de estudos, na rede pública de ensino, dos sujeitos que participavam do Programa.

Também foi possível, no primeiro momento com o Secretário da SEEA, negociar e garantir a participação de um representante de todos os Fóruns na Comissão Nacional de Alfabetização, além da presença de dois representantes em outra instância de representação e interlocução com o MEC, o que tem significado maior diálogo com a sociedade civil organizada, evidenciando a força política que o Fórum vem constituindo.

Esta Comissão, no primeiro momento, possuía um caráter de reuniões que aconteciam em Brasília, no mínimo de quatro a seis vezes por ano, dependendo do número de convênios e de outras demandas. O caráter foi alterado a partir de 2004, prevendo-se que as reuniões, dependendo das agendas, fossem próximas a eventos/reuniões dos Fóruns, ou de outros eventos de EJA.

Com o trabalho desta Comissão, de caráter consultivo, em que os Fóruns têm sido representados, o Programa *Brasil Alfabetizado* sofreu diversas alterações tais como: a participação majoritária de estados e municípios no conveniamento, priorizando as instâncias públicas e não ONGs que trabalham com alfabetização, o que, ainda assim, não corresponde às defesas que os Fóruns tem realizado, pelo fato de estas não garantirem a continuidade de estudos na Educação de Jovens e Adultos.

Sem dúvida estas ações demonstram a contribuição dos Fóruns, para a formulação de novas políticas públicas ou a reestruturação das já existentes para a educação de jovens e adultos. Esta forma peculiar, nunca vivida antes no campo da EJA, ilustra os modos como os Fóruns e governo vêm estabelecendo diálogos férteis e reflexões intensas, baseadas em estudos, dados e pesquisas que estão sendo produzidos.

Considerações finais

O atual cenário revela o intenso diálogo que vem sendo travado entre a sociedade civil e o poder público, com vistas à constituição de políticas públicas que enfrentem o desafio do analfabetismo e da pequena escolarização da população, pela assunção da garantia da continuidade.

Este movimento tem-se apresentado como uma ação constante, resultando em posição autônoma e de participação, no que diz respeito às formulações de políticas públicas, em especial, de EJA. Os processos de construção dessas políticas, vivenciados e fomentados pelo Fórum demonstram que este movimento é peça chave no jogo de disputas e de interesses, que habitualmente deixam a EJA em último plano. Este elemento apresenta-se como mais um constituinte que reforça o Fórum como um movimento social capaz de ressignificar e inovar a esfera política.

A organização dos fóruns retrata a oportunidade criada por diversos atores na ampliação da participação e no exercício democrático, seja pela representatividade assumida internamente, seja pela relação estabelecida com o Estado, enquanto articulação da sociedade civil.

Referência Bibliográfica

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença*. In: *Cadernos de Pesquisa*: São Paulo, n. 116, p. 245-262, julho, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil, HORTA, Silvério Bahia, FÁVERO, Osmar. *A Relação Educação-sociedade-estado pela mediação jurídico-constitucional*. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988*. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DI PIERRO, Maria Clara. *Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil*. In: *Revista Educação e Sociedade*, n. 92, p., 1115, out. 2005.

PAIVA, Jane. *Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos*. In: *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p.516-566, Set./dez., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 01 dezembro 2008.

[1] Desde 2003, os fóruns passaram a estabelecer diálogo com o poder público, especialmente, no âmbito federal na construção da política pública para a EJA.

[2] Também acontece reunião ordinária mensal da Coordenação e extraordinária quando necessário.

[3] As reuniões acontecem de forma itinerante.

[4] Há reuniões extraordinariamente quando houver necessidade.

[5] A coordenação reúne-se mensalmente.

[6] Ver ilustração em Paiva (2006, p. 527).

[7] Essa constatação é possível pela leitura dos relatórios finais produzidos nos ENEJAS.

[8] Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD